

CADERNO ESPECIAL – A CÚPULA DOS BRICS

Cadastre-se aqui
para receber nossa
newsletter



Licença de [istockphoto](#)

O Clube dentro do Clube

Destques

Para saber Mais sobre Fundo de Reservas por Contingência dos países BRICS de **Kavaljit Singh**;

Dentro dos Brics por

Vijay Prashad, Trinity Colleague, (EUA), **Patrick Bond**, University of Kwala Zulu, (África do Sul) e **Kavaljit Singh**, Public Interest Research Centre (Índia);

Uma visão de longo prazo para os BRICS por **Observer Research Foundation** (Índia);

Oliver Stuenkel, Fundação Getúlio Vargas (Brasil)

Pg 6 | 10 | 14 | 21

Notícias dos países BRICS

Em "Banco BRICS: A garrafa é nova, mas como está o vinho?" **Sameer Dossani da Action Aid Internacional** explora a questões sobre o banco e sobre o papel crescente dos países do Sul como agentes de desenvolvimento.

Em "Os BRICS: A Luta pela Hegemonia Global num Mundo Multipolar," **Graciela Rodriguez, coordenadora do Instituto EQUIT e membro da REBRIP** (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos) descreve o potencial dos BRICS para superar a ortodoxia neoliberal a partir de um sistema econômico liderado pelo Estado.

Em "O Tabuleiro Econômico Global e o Papel dos BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul", a **professora Jayati Gosh da Universidade Jawaharlal Nehru** descreve os desafios dos BRICS, incluindo modos de lidar com os países do Sul sem reproduzir os erros do Norte.

Em "O Clube da Governança: perspectivas para o engajamento da sociedade civil", **Vitaliy Kartamyshev, co-presidente do GCAP** (Chamada Global Contra a Pobreza) - Rússia, discute a evolução e os papéis dos BRICS, particularmente para o desenvolvimento internacional.

Em seu artigo "Altas Ambições: o Programa para Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA)", **Mzukisi Qobo, professor e diretor adjunto do Centro de Estudos de Inovações em Governança da Universidade de Pretoria**, descreve como o PIDA está desenvolvendo formas de financiamento dos megaprojetos através do Banco dos BRICS, entre outros.

Introdução

Que Paradigma de Desenvolvimento Seguirão os BRICS?

Nancy Alexander, Heinrich Böll Foundation - América do Norte

As organizações da sociedade civil (OSCs) estão fazendo perguntas importantes sobre o futuro da colaboração entre os BRICS, tais como:

- “Será que os atuais líderes dos BRICS – Rouseff (Brasil), Putin (Rússia), Modi (Índia), Xi Jinping (China) e Zuma (África do Sul) vão ser capazes de incorporar uma visão progressista em seus objetivos coletivos?” Modi, eleito primeiro-ministro em maio de 2014, fará sua estreia na Cúpula dos BRICS. Num artigo no jornal “[The Guardian](#)”, Jayati Gosh diz que a eleição de Modi representa uma vitória acachapante do nacionalismo hindu, da Índia das grandes corporações e do capitalismo de compadrio. Como governador do seu estado natal, Gujarat, Modi promoveu o crescimento econômico sem que houvesse desenvolvimento humano equivalente ou tolerância para com manifestações divergentes.

- “Que mensagens as OSCs devem levar aos líderes dos BRICS, particularmente sobre as iniciativas que criam o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (CRA, na sigla em inglês)?” (Ver box abaixo). AS OSCs têm análises convincentes indicando que o NDB deveria adotar políticas de transparência, bem como normas sociais e ambientais. Mas as análises das OSCs que tratam do “paradigma de desenvolvimento” (cada vez mais neoliberal, com um toque de indução pelo Estado) são mais escassas. As instituições financeiras internacionais não precisam mais impor certas políticas neoliberais (como, por exemplo, austeridade orçamentária, parcerias público-privadas (PPPs) e investimento externo direto (IED)), porque, infelizmente, a maioria dos países consideram hoje essas políticas como “sabedoria convencional”. Ao mesmo tempo em que um número crescente de acordos de investimento impõe políticas neoliberais e algema o Estado, poucos mecanismos existem para monitorar ou exigir padrões normativos para os direitos humanos e ambientais.

- “Haverá mecanismos para a comunicação de mensagens aos líderes e às novas instituições? Já que, segundo consta, o Banco dos BRICS terá sua sede em Xangai, na China (provavelmente com escritórios em outros países), como isso afetará a capacidade das OSCs de relacionar-se com o NDB?”

Este “**Caderno Especial sobre a Cúpula dos BRICS [BRICS Summit Reader]**” inclui reflexões sobre estas e outras questões importantes. Em “**Banco BRICS: A garrafa é nova, mas como está o vinho? [BRICS Bank: New bottle, how’s the wine?]**” **Sameer Dossani da Action Aid Internacional** explora algumas questões sobre o banco e sobre o papel crescente dos países do Sul como agentes de desenvolvimento. Dossani não acredita que o banco vá afastar-se do modelo focado em urbanização, desenvolvimento de infraestrutura e expansão dos mercados. Além disso, não está otimista quanto a sua abertura para questões ambientais e sociais. Mas espera que os BRICS promovam a transformação pela industrialização, que é algo que “o Banco Mundial e o FMI... vetaram e bloquearam”.

Em “**Os BRICS: A Luta pela Hegemonia Global num Mundo Multipolar [The BRICS: The Struggle for Global Hegemony in a Multi-Polar World]**”, **Graciela Rodriguez, coordenadora do Instituto EQUIT e membro da REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos)** descreve o potencial dos BRICS para superar a ortodoxia neoliberal a partir de um sistema econômico liderado pelo Estado. Rodriguez sugere que a criação do Banco dos BRICS, do Arranjo Contingente de Reservas e a ampliação do comércio entre os BRICS em moeda local têm o potencial de protegê-los contra as crises cíclicas do capitalismo financeiro transnacional e de promover um novo modelo de desenvolvimento.

Em “[O Tabuleiro Econômico Global e o Papel dos BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul](#)”, a

professora Jayati Gosh da Universidade Jawaharlal Nehru descreve a necessidade para os BRICS de aumentar a diversificação das exportações e do comércio bilateral em moeda local; de tratar da desigualdade de renda e de riqueza; de integrar os enfoques dos países em desenvolvimento; e de evitar reproduzir os padrões da interação Norte-Sul (em que o Norte detém o monopólio da produção de alto valor agregado).

Cada região geográfica está desenvolvendo sua estrutura de apoio para megaprojetos – habitualmente sem ouvir a sociedade civil. No seu artigo “**Altas Ambições: o Programa para Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA) [High Ambitions: the Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA)]**”, **Mzukisi Qobo, professor e diretor adjunto do Centro de Estudos de Inovações em Governança [Center for the Study of Governance Innovation] da Universidade de Pretoria**, descreve como o PIDA está desenvolvendo projetos para a infraestrutura africana, particularmente nos setores de energia, transportes e abastecimento de água, de um valor estimado de 360 bilhões de dólares até 2040. Esses megaprojetos oferecem uma destinação para os crescentes recursos de financiamento à infraestrutura provenientes de atores externos, como o novo Banco dos BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Qobo conclui que o PIDA pode tornar-se “um veneno para o continente”, caso fracasse em criar e estruturar os mecanismos de governança necessários a assegurar que os projetos de infraestrutura sejam realizados com mais atenção para o meio ambiente e a inclusão social.

Em “**A Governança do Clube: perspectivas para o engajamento da sociedade civil [Club Governance: Prospects for civil society engagement]**”, **Vitaliy Kartamyshv, co-presidente do GCAP (Chamada Global Contra a Pobreza) - Rússia**, discute como anos de expansão

econômica global só fizeram aprofundar as desigualdades. Ele analisa a importância geopolítica dos BRICS, seu papel em incentivar políticas com foco nos resultados, e as oportunidades e desafios para o engajamento da sociedade civil nas

decisões dos BRICS.

Os “Destaques [Must Reads]” contêm contribuições da **Observer Research Foundation da Índia**; de Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas; de **Vijay Prashad**, do Trinity

College (EUA); de **Patrick Bond**, da Universidade de Kwazulu-Natal (África do Sul); e de Kavaljit Singh, do Public Interest Research Center (Índia).

Lançamento de Novos Mecanismos de Fomento à Infraestrutura

O Banco dos BRICS começará a funcionar em 2016 com dez bilhões de dólares em recursos e quarenta bilhões em garantias, que serão utilizados para captar no mercado financeiro internacional. Os aportes serão iguais para cada um dos membros.

-- Qualquer país pode associar-se, mediante uma cota de 100.000 dólares.

-- Em cinco anos, espera-se que o banco tenha dobrado seu capital inicial, chegando a 100 bilhões de dólares, através de capitalização dos membros fundadores, de emissão de dívida ou de contribuições de novos membros. Os BRICS vão manter uma participação mínima de 55% das ações.

-- Sede: Xangai, com um ou mais escritórios regionais.

(Fontes: artigos da [Reuter's](#) e da [FSP](#))

O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Enquanto o Japão está à frente do Banco Asiático de Desenvolvimento e os EUA estão à frente do Banco Mundial, a China irá coordenar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), anunciado pelo presidente Xi Jinping em outubro de 2013. Seu capital inicial será de 50 bilhões de dólares e seu foco será a construção de infraestrutura na Ásia. O Ministro das Finanças chinês, Lou Jiwei, afirmou: “Os atuais bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial ou o Banco Asiático de

Desenvolvimento, dão prioridade à redução da pobreza.” O grupo de trabalho para a criação do banco tem base em Beijing e é dirigido por Jin Liqun, presidente da Corporação de Investimento da China, um dos bancos de investimento mais importantes da China. (Fonte: [Reuter's](#))

Fundo Global de Infraestrutura (GIF, na sigla em inglês), Banco Mundial. O Banco Mundial espera operacionalizar o GIF em 2014. Tem um nome imponente, mas sua capitalização inicial é de apenas 200 milhões de dólares. O GIF vai testar um novo modelo de financiamento ao investimento que combina uma plataforma de apoio à preparação de projetos com uma plataforma de investimentos. A ideia por trás do projeto-piloto do fundo é criar uma nova categoria de ativo de infraestrutura, que permitiria o financiamento de infraestrutura pelos mercados de capitais globais. Existem outras organizações que oferecem financiamento à infraestrutura, como a Allianz Global Investors (Alemanha), BlackRock (EUA), e FMI-Europa (Austrália), mas todas essas investem em “economias avançadas”. O Grupo dos 20 (G-20) está ajudando a mobilizar investidores institucionais, como fundos de pensão, com foco em economias emergentes e em desenvolvimento. (Várias fontes, inclusive: Cúpula para o Desenvolvimento Financeiro da Infraestrutura (DFS) da África, Dakar, Senegal, 14-15 de junho de 2014).

Criação do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) dos BRICS

No dia 15 de julho, a Cúpula dos BRICS deve formalizar a criação de um fundo de 100 bilhões de dólares, dos quais 41 bilhões são da China. O Brasil, a Rússia e a Índia contribuirão com 18 bilhões de dólares cada um, enquanto a África do Sul participará com 5 bilhões. O CRA (na sigla em inglês) só será acessado caso um dos membros enfrente um cenário econômico adverso. Kavaljit Singh pergunta-se se o CRA deverá ser utilizado

pelos BRICS (ver pg. 6). Ele afirma que, embora haja uma necessidade premente de alternativas ao FMI e às instituições financeiras ocidentais, nenhum membro de um fundo de contingência ainda mais amplo que esse, a Chiang Mai Initiative (CMI) jamais optou por fazer uso dos seus recursos.

Banco BRICS: A garrafa é nova, mas como está o vinho?

Sameer Dossani, coordenador de advocacy da ActionAid Internacional

Primeira publicação: Bretton Woods Project, 27 de fevereiro de 2014



CC BY-NC-SA 2.0 Dan Klimke

Sumário

No ano passado, os líderes dos BRICS concordaram em lançar um banco de desenvolvimento do grupo. Se isso pode ser considerado positivo vai depender em parte de que perguntas estão sendo feitas. Sameer Dossani, da ActionAid Internacional, ressalta as falhas do Banco Mundial e do FMI, analisa se um Banco BRICS poderia ser diferente dessas instituições e propõe o que ele deveria fazer e com o que ele deveria se parecer.

Na Cúpula de Delhi 2012, que reuniu Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), os líderes dos cinco países concordaram em lançar um banco de desenvolvimento do BRICS. No ano seguinte, em Durban, a iniciativa recebeu um nome - o Novo Banco de Desenvolvimento, ou New Development Bank (NDB). Embora talvez não seja dos mais originais, o nome levanta algumas questões - o que há de novo no Novo Banco de Desenvolvimento? De que desenvolvimento estamos falando aqui? E será que o mundo precisa de outro banco multilateral?

Ainda estamos aguardando respostas a estas perguntas e, a julgar pelos últimos relatórios, os cinco países do BRICS também estão. De acordo com relatórios das últimas reuniões do BRICS, além da questão sobre quanto capital o NDB deve ter em seus "cofres" (US\$ 10 bilhões por país, US\$ 50 bilhões no total), há poucos pontos em que os países parecem concordar.

Apesar de a informação oficial ser difícil de obter, sobram boatos. Se estes boatos podem ser considerados uma evolução positiva depende, em

parte, de que perguntas estão sendo feitas. Se as perguntas forem "Haverá proteções sociais e ambientais adequadas?" ou "Será que o NDB realmente vai financiar formas alternativas de desenvolvimento, como a produção de energia renovável descentralizada?", a conclusão tende a ser negativa. Mas se as perguntas forem "Será que o mundo precisa de uma instituição financeira conduzida e controlada por países do Sul?" Ou "Será que os empréstimos do NDB vêm com o tipo de condições macroeconômicas nocivas que o FMI costuma impor?", a conclusão tende para o sim.

Será que precisamos de um novo banco de desenvolvimento?

O Banco Mundial e sua instituição irmã, o Fundo Monetário Internacional, fundados há 70 anos, emprestaram bilhões para países em desenvolvimento. No entanto, em seu auge - nas décadas de 1980 e 1990 - estas instituições não produziram resultados em termos de redução da pobreza ou mesmo de aumento do crescimento econômico. Em quase todas as regiões, a desigualdade disparou durante esse período. Mesmo agora, com exceção da América Latina, o fosso entre ricos e pobres continua a crescer.

No Sul, os únicos países a crescer foram aqueles que ignoraram as políticas do Consenso de Washington - China, Malásia, Singapura e alguns outros - e usaram empréstimos e investimentos apoiados pelo Estado para conduzir uma política industrial.

Embora o Banco Mundial possa rapidamente alegar que não deve ser responsabilizado por essas falhas, a verdade é que as instituições supostamente destinadas a fomentar o desenvolvimento contam até hoje com muito poucos exemplos de países que eles realmente ajudaram a desenvolver.

Parte do fracasso pode ser atribuída ao triunfo da ideologia sobre as evidências. As políticas do "Consenso de Washington" - liberalidade fiscal e comercial, privatização e austeridade orçamentária - foram exigidas de todos os países em desenvolvimento que buscaram assistência internacional. Os resultados não têm sido muito bons. Como tem sido amplamente documentado, o período de 1980-2010 foi, em parte, definido por um crescimento global extremamente lento. Onde houve crescimento efetivo no Norte, ele acabou por se mostrar resultado de bolhas especulativas.

Na última década, os países de renda média, incluindo os BRICS, têm investido - e eventualmente fornecido o que costumamos chamar de "ajuda" - nos países menos desenvolvidos da Ásia, África e América Latina. A China é, de longe, o maior protagonista aqui, mas o Brasil, a Índia e outros também estão ampliando seu alcance.

O que o crescente papel dos países do Sul como agentes de "desenvolvimento" em relação a outros países do Sul significa para o mundo dos mais pobres e marginalizados? Seria ele apenas mais uma camada de exploração, ou estes eventos poderiam mesmo

proporcionar às comunidades que tiveram seus direitos negados ao longo dos séculos uma maneira de sair da pobreza? Será que o NDB ajudará os países a melhorar suas políticas e práticas ou ele não passará de um mecanismo pelo qual os países ricos, como a China, terão acesso a mais recursos e mercados, usando a cortina de fumaça do multilateralismo?

Não há respostas simples. Mas antes de explorar a questão mais profundamente, devemos ser claros sobre o que não foi colocado na mesa.

Quem oferece o modelo de desenvolvimento?

Os progressistas há muito tempo vêm denunciando o modelo de desenvolvimento que o Norte exporta para o Sul como prejudicial em termos ambientais e sociais. O foco no crescimento do PIB em detrimento de outros objetivos (externalidades, no jargão econômico) é altamente problemático, especialmente em países que ainda não possuem regulamentações sociais e ambientais sólidas. Em países como a Índia, os movimentos sociais se opuseram fortemente ao modelo de desenvolvimento focado na urbanização, no desenvolvimento da infraestrutura e na expansão do alcance de mercado, que quase necessariamente implica na destruição das comunidades e dos estilos de vida tradicionais e nativos.

O processo de transformação industrial é algo que o Banco Mundial e o FMI não apoiaram - na verdade, as instituições se opuseram, e até bloquearam estas políticas.

Mesmo em um cenário mais favorável, iniciativas como o NDB aparentemente não desafiam nada disso - muito pelo contrário, estão propensas a partir para uma abordagem centrada no PIB, nos moldes do desenvolvimento do Norte. Este é o modelo que estes países estão seguindo, com megaprojetos como a represa das Três Gargantas na China, a barragem de Jirau no Brasil e a usina nuclear de Kudankulam na Índia sendo exibidos por seus respectivos governos como exemplos

de sucesso de desenvolvimento. Mas o insucesso do NDB em desafiar a ausência de proteção ambiental e social em seu modelo de desenvolvimento não significa que tudo esteja perdido.

Enquanto o neoliberalismo dos anos 1980/90 promoveu uma visão de mundo onde o crescimento e um certo modelo de desenvolvimento eram fins em si mesmos, ele nem chegou a propiciar o crescimento e o desenvolvimento prometidos. Em meio ao recente triunfalismo a respeito da conquista dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas, fica evidente uma triste verdade: o progresso na luta contra a pobreza foi obtido em poucos países. Com exceção da China, do Brasil e de alguns outros, a redução da pobreza apresenta um histórico ruim nos últimos 30 anos. Até mesmo o crescimento do PIB foi decepcionante a nível global (com poucas exceções), e uma grande parte do crescimento que vem acontecendo tem sido profundamente desigual – considerando-se México e Índia como alguns dos casos de crescimento menos igualitários.

Este fracasso não é nenhuma surpresa. Os neoliberais defendem que os países devem encontrar sua vantagem comparativa para criar uma estratégia baseada no comércio e obter crescimento - eles devem exportar o que têm. No entanto, o neoliberalismo nunca explicou por que as economias dos EUA e do Japão não são dependentes da exportação de peles e peixes, mercadorias que eles exportavam quando iniciaram seu processo de desenvolvimento.

Os verdadeiros defensores do desenvolvimento entendem que é a transformação industrial, e não a vantagem comparativa, a chave para esta questão. Países como os EUA e o Japão não eram desenvolvidos enquanto suas economias exportavam basicamente matérias-primas - somente quando eles começaram a produzir e exportar bens manufaturados é que puderam ser chamados de desenvolvidos (ou mesmo de "em desenvolvimento"). O processo de transformação industrial é algo que o Banco Mundial e o FMI não apoiaram - na verdade, as instituições se opuseram, e até bloquearam estas políticas.

O que o Banco BRICS poderia fazer

Poderia um banco BRICS ser diferente? Certamente é possível. Muitos dos países do BRICS (sendo a China o exemplo mais óbvio) estão passando eles próprios pelo processo de transformação industrial, com o apoio do Estado para as empresas nacionais, o que é um componente-chave desta política econômica. E os BRICS (ao contrário dos países do G7, que ainda controlam o Banco Mundial e o FMI) não têm nenhum histórico de tentar empurrar sua política econômica goela abaixo dos outros.

Falando claramente, isso não significa que possamos esperar melhores resultados em termos de direitos humanos ou de proteção ambiental. O desenvolvimento precoce na Grã-Bretanha, por exemplo, foi caracterizado por elevados níveis de poluição e pela exploração da classe trabalhadora em todos os níveis. Mas foi um processo de desenvolvimento (embora terrível) que centrou-se em torno da transformação de uma economia agrária para uma economia de produção de bens manufaturados. O NDB, se for coerente com a retórica dos BRICS até agora, não deverá impedir (podendo até mesmo apoiar) este processo de transformação industrial.

Várias críticas de ONGs sobre a proposta para um Banco BRICS citam as décadas de lutas para forçar o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais a adotar e aplicar políticas de proteção às comunidades vulneráveis e ao meio ambiente. Eles apontam projetos polêmicos, como o projeto nipo-brasileiro-moçambicano ProSavana, onde a estatal Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) adaptou as culturas de exportação brasileira para que o agronegócio do país iniciasse projetos de agricultura em grande escala no norte de Moçambique, com infraestrutura de exportação bancada pela agência japonesa de cooperação internacional. Os críticos dizem que este modelo coloca os pequenos agricultores moçambicanos em risco, enquanto beneficia empresas multinacionais brasileiras e japonesas na produção e processamento de soja, milho, cana-de-açúcar e outras culturas comerciais.

Estas críticas são certamente válidas; problemas relacionados ao financiamento bilateral de projetos tendem a reaparecer nesses esforços multilaterais. Mas é improvável que um banco de desenvolvimento possa ser fundado em 2015 sem que haja nenhum tipo de proteção social e ambiental em vigor. Como serão essas proteções, e de que forma elas deverão ser aplicadas, são questões com as quais as ONGs e outras partes interessadas devem se envolver.

Infelizmente, não está claro de que modo as ONGs e outros protagonistas da sociedade civil poderão se envolver neste processo. Ao contrário de outros agrupamentos de países em desenvolvimento (mais notadamente o IBAS - que inclui os países BRICS Índia, Brasil e África do Sul), não há nenhum mecanismo formal para consulta à sociedade civil ou para sua participação. Mesmo que isso não mude para os BRICS, as OSCs devem se esforçar para incluir consultas a elas próprias sobre as políticas e os programas do NDB.

Apesar de suas muitas falhas potenciais, a proposta de criação do NDB deve ser vista com um otimismo cauteloso. Os países-chave que conduzem o processo - Brasil, Índia e China – não estão motivados apenas pelo desejo de expandir sua influência política e econômica. Eles já fazem isso sem um banco de desenvolvimento internacional. Estes países são movidos também por um desejo de legitimidade, junto com a vontade de competir (talvez até mesmo de exibir-se) com os países do G8, que não se conduziram de acordo com as promessas de 2008 e 2009 – de tornar os países em desenvolvimento mais independentes do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições financeiras internacionais. Naquela época, foi prometida, aos países BRICS e outros, mais autonomia em relação às instituições financeiras, em troca de bilhões que o FMI acabou encaminhando para a Europa. Os países ricos ainda precisam cumprir sua parte no trato.

O desejo dos BRICS de serem vistos como os promotores do desenvolvimento 'genuíno' dá a seus defensores uma oportunidade de ajudar os países BRICS a definir o que vem a ser o desenvolvimento genuíno. Se o discurso do

desenvolvimento envolver menos preocupação com "mosquiteiros" e vitaminas (por mais importantes que sejam) e mais em transformação econômica sustentável, industrialização e criação de empregos, poderemos ver uma saída. Tanto os BRICS quanto as OSCs poderão ser parte do processo.

Um banco disposto a financiar políticas voltadas para a transformação econômica seria um passo na direção certa. Mas será que ele realmente contribuiria para o desenvolvimento e para a redução da pobreza? Algumas coisas devem ser levadas em conta, na remota possibilidade de que ele atinja este objetivo tão elevado.

Se o NDB pode estabelecer estruturas de governança mais justas, mais transparentes e mais inclinadas a garantir que as necessidades dos países pobres sejam prioridade, ele pode aumentar a pressão já em curso para uma reforma significativa das instituições de Bretton Woods.

Primeiramente, o NDB deve emprestar não apenas para os países do BRICS (que têm muitas outras fontes potenciais de renda), mas também para os países mais pobres do mundo.

Em segundo lugar, o NDB não deve se concentrar em um setor específico, mas sim financiar os projetos que os países identificam como sendo chaves para as suas políticas de industrialização e desenvolvimento. Se isso não for possível - já podemos prever que haverá foco setorial na infraestrutura, - ele deve operar em países onde o investimento no nicho de mercado específico já faça parte das estratégias de desenvolvimento nacional.

Em terceiro lugar, além de projetos de financiamento, o NDB deverá fomentar expertise técnica, pesquisa e documentação de várias experiências de desenvolvimento. Apesar de alguns nobres esforços, como os do economista de Cambridge Ha Joon Chang, ainda não há documentação suficiente sobre como e por que os países se desenvolvem. Há ainda menos documentação sobre como colocar essa teoria em prática no contexto específico de um país em desenvolvimento, e nos poucos

lugares onde esta documentação existe, ela é normalmente maquiada pelo ideário político do Banco Mundial e do FMI. O NDB deve consistir num contrapeso a essas forças e trabalhar junto aos países subdesenvolvidos, que podem solicitar ajuda para desenvolver suas próprias estratégias de transformação econômica.

Uma nova arquitetura global

Se o NDB está realmente se esforçando para seguir em uma direção diferente, ele deve ser cauteloso sobre como trabalhar com as instituições financeiras internacionais existentes, especialmente o Banco Mundial e o FMI. Como estas instituições já estão se preparando para receber o NDB como um potencial parceiro, esta parceria pode representar um risco para uma instituição que se pretende alternativa. A fim de criar uma alternativa realmente genuína, ele deve procurar outras parcerias, talvez com instituições mais participativas, como o Fundo Global para Aids, Tuberculose e Malária.

Além de uma estrutura de governança mais democrática – já circulam rumores de que cada um dos países do BRICS contribuirá com uma parte igual de dinheiro para os cofres do NDB, o que significa que todos teriam o mesmo número de votos no conselho - o banco deve garantir que representantes de países beneficiários também façam parte do processo. Há muitas maneiras de se conseguir isso - a melhor pode ser a criação de um mecanismo de governança que inclua representantes de outras estruturas, como a União Africana ou o bloco dos países menos desenvolvidos, bem como membros da sociedade civil do Sul.



PARA SABER MAIS

Fundo de Reservas de Contingência dos países dos BRICS

Em junho de 2012, o Brasil propôs a criação de um fundo de reservas de divisas e um arranjo de *swaps* bilaterais passível de aliviar problemas de liquidez de curto prazo e ajudar a manter a estabilidade financeira no caso de uma crise de balanço de pagamentos ou de liquidez. Foi na Cúpula de Durban (2013) que os líderes dos BRICS decidiram criar um Arranjo Contingente de Reservas (CRA, na sigla em inglês) para ajudar a enfrentar eventuais crises financeiras.

Atualmente, os bancos centrais dos BRICS estão trabalhando no formato e nos aspectos operacionais do CRA. Diferentemente do Banco dos BRICS, o autogerido CRA pode entrar em funcionamento assim que os líderes dos BRICS chegarem a um acordo final em Fortaleza (Brasil), em julho de 2014.

É importante observar que o CRA só entrará em operação caso algum país membro esteja na iminência de enfrentar uma crise financeira. Em tempos normais, cada país membro dos BRICS manterá as reservas do fundo como parte de suas reservas cambiais.

O estabelecimento de um Arranjo Contingente de Reservas (CRA) de 100 bilhões de dólares parece bastante promissor, já que estamos vivendo num mundo pós-crise cheio de riscos e de choques financeiros. Oferece a rara oportunidade de reestruturar a arquitetura financeira global a partir da disponibilização de um mecanismo financeiro concreto de 100 bilhões de dólares para os BRICS (e possivelmente para outros países pobres e em desenvolvimento também). O CRA, tal como proposto, poderia plantar as sementes de uma arquitetura financeira alternativa, caso seja possível expandir seu mandato e seu fundo de reservas.

Há pouca divergência quanto ao fato de que um arranjo alternativo desse tipo fazia enorme falta, já que os países pobres e em desenvolvimento não tinham opção que não fosse a de aceitar os diagnósticos viesados e as condicionalidades pesadas do FMI, que provocaram protestos públicos e muita indignação nos anos 80 e 90. A relevância do CRA torna-se ainda mais importante no atual panorama financeiro dominado por instituições e

bancos ocidentais. Assim, o potencial do CRA (e do Banco dos BRICS) de alterar as atuais relações desiguais de poder no mundo financeiro não pode ser negado. Entretanto, é importante enfatizar que a capacidade desses instrumentos de cumprir de fato esse papel potencial deve ser avaliada, em primeiro lugar, a partir da sua implantação oficial, da definição de suas políticas, da sua governança e de seus aspectos operacionais.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar o fato de que arranjos de reservas similares ao CRA dos BRICS já existem atualmente, são inoperantes e não ameaçaram a hegemonia do FMI. Na sequência da crise financeira asiática de 1997-98, os países asiáticos (países da ASEAN, além de China, Japão e Coreia do Sul) criaram a Iniciativa Chiang Mai (CMI, na sigla em inglês) para implementar um fundo de reservas autogerido e uma rede regional de apoio financeiro aos países membros que pudesse fornecer-lhes liquidez imediata na eventualidade de uma crise de balanço de pagamentos ou de liquidez. O CMI foi o primeiro arranjo regional de *swap* cambial, e foi lançado com muita divulgação em 2000.

É surpreendente, pois, observar que nenhum dos países membros que enfrentaram crises financeiras de algum tipo fez, até hoje, uso desta rede de suporte regional. Isso, apesar do fato de que a o valor do fundo de reservas do CMI foi substancialmente expandido ao longo dos anos (está atualmente em 240 bilhões) e que novos mecanismos de prevenção e resolução de crise foram acrescentados. Muitos dos seus países membros (como por exemplo a Indonésia e as Filipinas) estão mais vulneráveis a choques de liquidez hoje do que no passado.

Assim, esta experiência recente e desabonadora do CMI levanta várias questões pertinentes, que os líderes dos BRICS não podem permitir-se ignorar.

Kavaljit Singh trabalha no Madhyam, um instituto de pesquisas de políticas públicas sediado em Nova Délhi (Índia) (www.madhyam.org.in).

Os BRICS e os novos formatos da disputa hegemônica global

Por Graciela Rodriguez, coordenadora do Instituto EQUIT e membro da Coordenação da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras).



Muitos e diversos são os autores que tem buscado entender e desentranhar o sentido estratégico da emergência dos BRICS. Além de ser um conjunto de países com economias em crescimento, que criaram certas expectativas quando era necessário regular o sistema financeiro global em crise, o bloco que possui em si inúmeras contradições, tem avançado muito pouco na crítica e regulamentação do sistema financeiro. Pelo contrário tem se mostrado empenhado na maior participação do bloco no próprio sistema global, esquecendo inclusive as tarefas autoimpostas e proclamadas quando da sua incorporação ao G20, num tom que retrospectivamente se percebe ironicamente um tanto excessivo.

Entretanto e apesar desses poucos avanços alcançados, Brasil, Rússia, Índia, China e mais recentemente África do Sul continuam negociando e construindo o chamado bloco dos BRICS. Inclusive em 2014 eles terão mais uma vez o desafio de realização da Cúpula BRICS, neste caso a VI Cúpula, a ser realizada em Julho no Brasil. O encontro enfrentará o desafio de avançar com a criação do Banco dos BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, dois importantes processos que serão possivelmente aprovados na VI Cúpula, e que estão sendo defendidos pelos próprios governos

BRICS como mecanismos auxiliares para o enfrentamento da crise global que até agora parece não ter encontrado seu epílogo.

E apesar das crises serem uma produção cíclica do capitalismo e parte da sua própria essência, esta crise de sobre-acumulação no marco do modelo neoliberal e que se sobrepõe com a crise ambiental, sinaliza que as dificuldades de acumulação no modelo de produção capitalista continuam crescendo de forma acelerada.

De fato, esta crise que deflagrou o próprio processo de aproximação dos países BRICS, está mostrando nitidamente o quanto foram corretas as caracterizações que davam conta de sua gravidade e do seu caráter sistêmico profundo.

E apesar das crises serem uma produção cíclica do capitalismo e parte da sua própria essência, esta crise de sobre-acumulação no marco do modelo neoliberal e que se sobrepõe com a crise ambiental, sinaliza que as dificuldades de acumulação no modelo de produção capitalista continuam crescendo de forma acelerada.

A expansão mesma da globalização e seu projeto neoliberal, que tem trazido entre suas consequências o enfraquecimento do poder dos

Estados nacionais, fez com isto reduzir a capacidade dos mesmos de debelar as crises cíclicas. O marco da globalização onde a atual crise se desenvolve tem criado o próprio antídoto ao contribuir para o desmantelamento dos mecanismos que os estados nacionais tinham para enfrentá-las.

Justamente, uma das características dos BRICS que possivelmente tenha sido parte do elenco de argumentações para juntar seus países membros, tem relação com este papel dos Estados - Nação para enfrentar a crise deflagrada em 2008. Não por acaso os BRICS fazem parte daqueles países que estiveram em melhor situação para combater a crise nos seus âmbitos nacionais, em grande parte devido a sua capacidade ainda preservada de exercer relativo controle sobre as políticas econômica, financeira e monetária, controle muito debilitado na maior parte dos países globalizados. Tais políticas permitiram, na maioria destes países, o enfrentamento da crise financeira com políticas contracíclicas de apoio ao consumo popular e de redistribuição e gasto social que ajudaram a manter as economias sob controle.

A capacidade mantida pelos países BRICS sobre a máquina dos Estados nacionais obedece em cada um deles às circunstâncias e histórias

políticas bastante diversas, que oscilam entre visões hegemônicas por partidos comunistas ou de esquerda que apostaram ou mantiveram um forte papel do aparelho do Estado em suas economias, até situações de elites nacionais que pactuaram um papel regulador para os estados pós-coloniais de grande diversidade política partidária ou até de profundos conflitos de classes como pode ser o caso de Índia e África do Sul. Tal controle do poder do Estado e em especial das empresas públicas ou até re-estatizadas não significa necessariamente que elas fujam da lógica neoliberal, e neste sentido às vezes até podem reforçar o modelo, porém ainda merecem uma análise diferenciada do papel que podem cumprir para o direcionamento e regulação do mercado¹.

Em todo caso, a crise trouxe à tona uma nova realidade geopolítica internacional, onde o mundo já não mais se explicaria através da dupla Centro\ Periferia, mas sim levando em consideração a perspectiva da disputa do poder hegemônico global, circunstância que não é nova, porém que se reveste no momento de uma roupagem bastante peculiar. E tal peculiaridade está dada pelo papel que cumprem alguns dos outrora países periféricos, que em poucos anos se tornaram centrais para esse novo processo geopolítico internacional. O surgimento dos países chamados “emergentes” dá conta de um fenômeno novo onde parte importante dessa “periferia” passou a ocupar uma centralidade incomum no caminho de buscas de saídas para a crise.

A reconfiguração do G7 em G20 com a incorporação de tais países é de fato um reconhecimento de que quase nada poderá ser pactuado sobre a nova arquitetura financeira e de poder global sem a inclusão dos tais emergentes, e em particular sem a China².

Foram assim os países BRICS, que colaborando com uma importante injeção de recursos, conseguiram salvar a própria estrutura financeira

do FMI, lhe devolvendo poder e até parte da arranhada “legitimidade”. Isto também nos mostra que o sentido das mudanças geopolíticas e a própria disputa da hegemonia global que está em jogo, não significa para nada que estejamos frente a uma mudança de paradigma nem de transformações profundas no sistema capitalista global, e nem sequer diante de reformas necessariamente “progressistas”, entretanto podem ser lidas como passos no sentido da superação da unipolaridade e o início de uma multilateralização do sistema de governança global.

A reconfiguração do G7 em G20 com a incorporação de tais países é de fato um reconhecimento de que quase nada poderá ser pactuado sobre a nova arquitetura financeira e de poder global sem a inclusão dos tais emergentes, e em particular sem a China.

Ainda que se trate de uma disputa estratégica de interesses ao interior das elites do capitalismo globalizado e de setores do capitalismo transnacionalizado, em particular dos capitais financeiros, a aparição do bloco dos BRICS traz também elementos de recomposição da importância do papel do Estado para a regulação do sistema, sendo esta uma característica central em jogo na disputa de projeto hegemônico em termos globais.

Estamos diante de um cenário onde de um lado continuam presentes as forças que tem impulsionado o modelo neoliberal promovido pelo chamado “Consenso” de Washington, com todo seu receituário e leque de propostas econômicas e institucionais que incluem as IFIs, a OMC e o entramado de TLCs e TBIs que vem se multiplicando globalmente, empenhadas na completa liberalização do comércio e do fluxo do capital transnacionalizado, e de outro, setores do capital global que aparecem buscando algum tipo de controle e de regulação dos fluxos financeiros, de nova arquitetura econômico-financeira global e

inclusive de moderação na polarização social e na concentração da riqueza global. Isto vem configurando - faz já alguns anos - uma disputa de hegemonia, e os BRICS podem ter chegado para intensificá-la. A persistência da elite do grande capital transnacional e seu projeto de conformação do mercado global, que se vê enfrentada a setores mais moderados (que tem inclusive aumentado suas fileiras com figuras surgidas do próprio establishment como Stiglitz, Sachs, Krugman, e outros) com uma visão neokeynesiana sobre a procura por saídas para a crise global, têm se somado a presença dos BRICS que tomam para si parte desse debate e aportam sua prática específica e marcante de presença e papel substantivo do Estado.

A lógica da globalização a qualquer custo, respondendo aos interesses corporativos e à perspectiva especulativa dos mercados, tem sido questionada ainda que muito moderadamente, desde diversas visões e argumentações, tais como a chamada “terceira via” ou desde setores dissidentes e vozes algo mais lúcidas entre as elites internacionais, que falam em responder às falhas do mercado como forma de garantir a estabilidade do sistema global diante da visível perda de legitimidade e da própria hegemonia.

*“Estas discusiones no transgreden las premisas esenciales de la liberalización del mercado mundial o la libertad del capital transnacional, ni plantean reformas que impliquen redistribución o control del Estado en las prerrogativas del capital. Pero un coro de voces entre las élites transnacionales clama por un aparato regulador global más amplio, que pueda estabilizar el sistema financiero y atenuar algunas de las contradicciones más agudas del capitalismo global en el interés de asegurar la estabilidad política del sistema”.*³

Assim para tais setores críticos, criar um ambiente favorável ao

capital porém sem desafiar suas prerrogativas, parece ser ainda um importante rol para o Estado cumprir, a partir da regulação apropriada e jogando um papel ativo na supervisão das finanças globais, e inclusive para alguns com responsabilidades sobre o bem-estar social e a promoção de bens públicos globais.

Diante da ortodoxia neoliberal, estas vozes em “dissenso” que clamam por reformas pós-consenso de Washington, são conscientes da crise de legitimidade que o projeto neoliberal começou a sofrer nos últimos anos do Século XX, especialmente a partir das mobilizações em Seattle e a emergência do movimento antiglobalização – como foi chamado na época - e por isto surgem buscando recuperar a hegemonia global a partir de “dar um rosto humano à globalização”.

Os BRICS, apesar de suas inúmeras contradições, debilidades e excitações, vêm reforçando esse campo crítico. De fato desde a sua aparição, apesar de suas enormes diferenças e das dificuldades em encontrar consensos, os BRICS parecem afinados na busca de alguma forma de regulamentação do sistema global e em particular da porção financeira do capital transnacional. De alguma maneira seus esforços parecem encaminhados a substituir o projeto neoliberal ortodoxo, e contribuindo, apesar de não ser um objetivo explícito, para a democratização da sociedade global.

Na verdade, todos os países BRICS precisam de alguma forma de democratização social que lhes permita avançar em caminhos de superação da pobreza e das desigualdades, que tem se transformado em poderosos obstáculos para seu próprio desenvolvimento, e que as últimas décadas tem mostrado serem incompatíveis com o receituário neoliberal.

Entretanto, consideramos importante compreender e apontar

o esforço de transição que os BRICS podem significar no cenário global, mobilizando setores ainda subalternos, na hora de ampliar a resistência contra-hegemônica ao modelo neoliberal vigente e de formulação de novas formas para o “desenvolvimento” do Sul global. Daí a importância dos movimentos sociais dos países BRICS exercerem pressão sobre seus governos para tencionar tais enfrentamentos, apesar da falta de pro-atividade dos governos BRICS desde 2010/11 quando foram ensaiados pequenos passos de avanço.

Entretanto, é possível vislumbrar cortes e fraturas na implacável ordem neoliberal. Os países BRICS devem contribuir para o aprofundamento dessas fraturas, abandonando suas posturas conciliatórias com o G7.

Dentre as tarefas definidas que mais avançaram foram a criação do Banco dos BRICS e do Acordo Contingente de Reservas, mecanismos já aprovados e em processo de implementação, ambos relevantes no cenário internacional ainda que desenhados nos formatos tradicionais dos bancos de desenvolvimento e da arquitetura financeira internacional, aqueles que os próprios BRICS criticaram enfaticamente pouco tempo atrás.

Tais propostas são importantes, como também a possibilidade de realização de comércio mútuo nas moedas nacionais, pois apontam no sentido de defender os países do bloco da vulnerabilidade externa, e de forma mais ampla, de dar alguma proteção aos países em desenvolvimento das crises cíclicas do capital transnacional e financeiro, e mais ainda, possibilidades de promover “estratégias ofensivas de desenvolvimento”.⁴

Ora, o desânimo com relação ao papel dos BRICS tem crescido bastante e a perspectiva de sua atuação positiva resulta difícil de ser defendida... Porém, apesar de

todas as fragilidades e contradições profundas tanto no campo econômico como no político que têm os BRICS, é necessário considerar sua importância estratégica no âmbito internacional, e pressionar desde a sociedade civil para o avanço do seu papel de modificação da realidade, forçando inclusive a retomada da agenda da regulação financeira, da implementação de regras de controle e tributação dos fluxos de capitais e em particular das transferências de lucros das grandes corporações transnacionais.

A quebra da hegemonia consentida do bloco globalizante ligado ao capital transnacional e as grandes corporações já se faz evidente, ainda que seu poder e sua agressividade continuem com vigor. Entretanto, é possível vislumbrar cortes e fraturas na implacável ordem neoliberal. Os países BRICS devem contribuir para o aprofundamento dessas fraturas, abandonando suas posturas conciliatórias com o G7. Na próxima Cúpula BRICS em Fortaleza, eles têm mais uma oportunidade de fortalecer suas definições conjuntas para enfrentar essa disputa.

¹ Nota da autora - Ainda que o próprio papel do Estado e o funcionamento democrático do mesmo mereçam uma muito ampla e profunda análise crítica, que não cabe neste artigo, mas que tem se visto recentemente reforçada diante da corrupção e/ou da cooptação corporativa em diversos países, da falta de resposta das elites políticas frente às amplas mobilizações populares ao redor do mundo, e da criminalização e repressão estatal às lutas sociais.

² Aguiar, D. “La arquitectura financiera internacional y la reconfiguración de las IFIs pos 2008” in “Una alternativa desde El Sur: la nueva arquitectura financiera de la integración regional”. EQUITATNIPAAR. Rio de Janeiro. Brasil. 2012.

³ Robinson, W “Una teoría sobre el capitalismo global: Producción, clases y Estado en un mundo transnacional” Ediciones Desde abajo. Bogotá, D.C. - Colômbia, junho de 2007

⁴ Mineiro, A. “Os BRICS e a participação social sob a perspectiva de organizações da Sociedade Civil” Pág 29. INESC/REBRIP. Brasil. 2013

Destques

Dentro dos BRICS

Em "[O neoliberalismo com Características do Sul: A ascensão do BRICS](#)" (Fundação Rosa Luxemburg) ["Neoliberalism with Southern Characteristics: The Rise of the BRICS"], Vijay Prashad do Trinity College (Connecticut) apresentam o surgimento dos BRICS em uma perspectiva histórica, que inclui as eras do colonialismo e do fracasso do Terceiro Mundo Projeto (1928-1983). Vestindo máscaras tecnocráticas (e não políticas), o neoliberalismo triunfou e nitidamente diminuiu o papel do Estado. Os BRICS não estão transformando as relações de poder globais ou o neoliberalismo, mas somente estão buscando unir e modificar a governança global. Ainda assim, eles desafiam o modelo de governança global (onde os EUA são o "hub") e criam um mundo multipolar. Além disso, "um movimento agressivo para transferir os excedentes do Sul para suas próprias populações, juntamente com mudanças no modelo de crescimento teria um impacto imediato sobre as possibilidades de uma instituição, como o Banco BRICS".



CC BY-NC-SA 2.0 (Blog do Plafalto)

Em "[Os BRICS são úteis para a reconstrução da arquitetura financeira global?](#)" [Are BRICS Any Use For Rebuilding the Collapsing Global Financial Architecture?] (ZNet), Patrick Bond, diretor do Centro da Sociedade Civil da Universidade de KwaZulu-Natal em Durban, África do Sul, descreve as quebras das moedas nos países de mercados emergentes e faz citações que afirmam que os BRICS já estão quebrando em formas materiais, deixando a China seguindo em frente. Bond também enfatiza como a 'fala da esquerda' de representantes de política externa dos BRICS é negada pelo comportamento 'à direita' das autoridades financeiras do BRICS e bancos centrais. Devido a esta dinâmica, os BRICS não estão desafiando, e muito menos parando ou invertendo, as maneiras pelas quais a arquitetura financeira mundial é auto-destrutiva. Ele também antecipa os resultados da Cúpula dos BRICS em Fortaleza (Brasil), em 2014, onde os líderes devem anunciar progressos para o lançamento do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e um "Contingent Reserve Arrangement

(CRA, na sigla em inglês)" [Arranjo Contingente de Reservas]. Mas Bond aponta que o adiantamento de recursos de \$ 50 bilhões de dólares para capitalizar o banco é um valor irrisório comparado com o tamanho dos bancos de desenvolvimento existentes, particularmente o brasileiro BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Da mesma forma, os US\$ 100 bilhões para o CRA pode ser um valor pequeno em comparação com os custos potenciais de uma crise financeira grave.

Em "[Por que a Rúpia indiana está em deterioração?](#)" ["Why is the Indian Rupee Deteriorating?"], Kavaljit Singh (Madhyam Briefing Paper) descreve os planos do Sistema de banco centrais do EUA – Federal Reserve (Fed)-

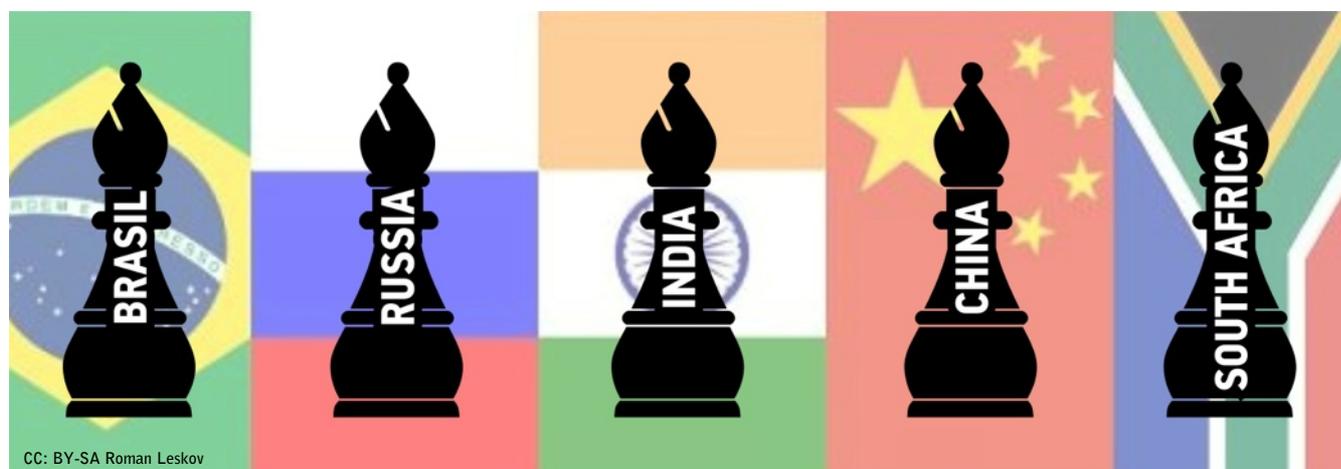
para diminuir (ou gradualmente restringir) o programa de estímulo monetário de compra de títulos. Devido a este programa (conhecido como "quantitative easing" (QE)), os investidores tem pegado empréstimos baratos nos EUA e investido em ativos

de maior rendimento nas economias de mercado emergentes. Entre outros, a Índia usou essas entradas para financiar seus déficits comerciais e em conta corrente, em vez de solucionar as causas estruturais. Apenas a indicação do Fed de restringir levou à fuga de capitais dos mercados emergentes e depreciações nítidas de moedas, particularmente a rupia indiana. Singh descreve uma série de fatores que afetaram a economia indiana e a moeda como um forte aumento dos preços dos alimentos no mercado interno; aumento dos preços globais de petróleo, bem como o papel da especulação nos mercados de derivativos. Singh sugere que o governo indiano considere políticas, como travar as importações de bens não essenciais, comércio de bens na moeda local, entrar com acordos com troca de moeda [currency swap agreement] com parceiros comerciais, controlar a especulação, e impor controle de capitais para proteger a economia da fuga de capitais.

O Tabuleiro Econômico Global e o Papel dos BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Autor: [Jayati Ghosh](#), professora de [Economia na Universidade Jawaharlal Nehru](#), em Nova Delhi

Primeira publicação: Global Research, 10 de novembro de 2013, [Ressurgimento do Terceiro Mundo No. 274](#) Junho de 2013, pp 5-7



CC: BY-SA Roman Leskov

Apesar de suas origens incomuns e de alguns desafios sérios enfrentados por eles, o bloco de países que emergiu na arena internacional, sob a sigla BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) tem o potencial para ser uma força positiva nos negócios mundiais. Coisas estranhas acontecem no mundo. Imagine um conjunto de países espalhados por todo o globo, que é formado apenas pela simples razão de que algum analista de um banco de investimento decide que esses países têm certas coisas em comum, incluindo o futuro potencial de crescimento, e então ele cria uma sigla de seus nomes! Bizarro, mas verdadeiro.

A categorização original dos países do BRIC - feita por Jim O'Neill, do Goldman Sachs, em um artigo em 2001 - englobava apenas Brasil, Rússia, Índia e China. Ele descreveu os países com maior potencial econômico de crescimento na primeira metade do século 21, baseando-se em características como o tamanho da população e consequente potencial de mercado; a demografia (predominantemente populações jovens, com provável queda na taxa de dependência); as recentes taxas de crescimento e a inserção na globalização. Assim, a China iria se tornar o mais importante exportador mundial de bens manufaturados (o que de fato já ocorreu); a Índia seria o mais significativo exportador de serviços (o que não ocorreu como o previsto, embora o país mantenha sua importância); e Rússia e Brasil

predominariam como exportadores de matérias-primas.

Em um processo que, desde então, vem surpreendendo a muitos, esta categorização inicial chamou a atenção não só da comunidade financeira global e dos principais meios de comunicação, mas também dos dirigentes políticos nos próprios países citados! Apesar de separados geograficamente, econômica e politicamente distintos, com diferentes níveis de desenvolvimento e sem laços econômicos fortes naquele momento, esses países começaram a identificar a si mesmos como um grupo, em grande parte por conta da percepção de investidores estrangeiros e da grande mídia.

O BRICS cobre hoje 3 bilhões de pessoas, com um PIB total estimado de aproximadamente US\$ 14 trilhões e por volta de US\$ 4 trilhões em reservas cambiais. Cada país é efetivamente um líder sub-regional.

O grupo teve sua primeira reunião de cúpula em junho de 2009 em Yekaterinburg, na Rússia. Em 2010, a África do Sul foi incluída (por influência da China). O agora ampliado BRICS teve, desde então, reuniões de cúpula em Brasília, no Brasil, em 2010; Sanya, na China, em 2011; Nova Delhi, na Índia, em 2012; e Durban, na África do Sul, em 2013. O BRICS cobre hoje 3 bilhões de pessoas, com um PIB total estimado de aproximadamente US\$ 14 trilhões e por volta de US\$ 4 trilhões em reservas cambiais. Cada

país é efetivamente um líder sub-regional. Obviamente, isso não significa que não existam outros potenciais candidatos a serem incluídos. De fato, vários países são frequentemente citados como possíveis membros de um grupo mais ampliado ainda, com base em sua importância econômica global, tanto real quanto potencial: por exemplo, Coreia do Sul e México (ambos membros da OCDE), Indonésia, Turquia, Argentina.

O BRICS é uma das várias e recentes iniciativas por parte de diferentes países do mundo de se afastar do eixo Norte: G12 (G20 menos G8), IBAS, BASIC (BRICS menos 1) e assim por diante. Ainda que a origem do agrupamento possa soar estranha, e que os países sejam de fato extremamente diversificados, existem alguns pontos em comum que são importantes. Com o passar do tempo, na verdade, estes países vêm mostrando significativo interesse em reunir-se periodicamente, trabalhar em conjunto e encontrar sinergias, bem como novas formas de cooperação.

Desta forma, o comércio entre os países do BRICS, aumentou depois que eles passaram a ser reconhecidos como um agrupamento (embora, claro, este seja um período em que o comércio entre mercados emergentes e em desenvolvimento, em termos gerais, cresceu muito mais rapidamente do que o comércio mundial agregado). Relações de investimento têm aumentado

bastante, também, principalmente através da participação chinesa em diferentes países e do interesse demonstrado pelo grande capital indiano. E, mais recentemente, houve outros movimentos que sugerem um apetite por novas e mais numerosas formas de estreitar a interação e a cooperação político-econômica. Os cinco países recentemente atuaram em conjunto em várias plataformas internacionais e, ainda mais recentemente, prometeram US\$ 75 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (condicionados à reforma no sistema de votação do FMI). Outras iniciativas econômicas incluem acordos para determinar o comércio bilateral nas moedas dos países envolvidos, além de planos para um banco de desenvolvimento. Houve também declarações a favor do consenso na política externa, especialmente em resposta às políticas norte-americana e europeia no Oriente Médio e em vários outros lugares.

De fato, há um grande potencial nestes cinco países, não apenas na combinação para tratar de questões globais, mas talvez, mais significativamente, para aprender uns com os outros. Por exemplo: a Índia tem muito a aprender com o Brasil e a China em matéria de desenvolvimento bancário. Desde o início da década de 1990, a Índia vem se ocupando em destruir o potencial de seus próprios bancos de desenvolvimento, tanto da agricultura quanto da indústria, mas ainda há condições para seu restabelecimento e renovação. O exemplo do Brasil, e em particular do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) - ao investir em determinados segmentos e promover atividades que não ocorreriam se só dependessem dos incentivos determinados pelo mercado -, poderia proporcionar uma orientação sobre como promover isso mesmo em uma economia extremamente aberta e em grande parte determinada pelo mercado.

Da mesma forma, existem áreas em que outros países do BRICS poderiam aprender com a Índia, ao passo que a forma de trabalho do Banco Sul-Africano de Desenvolvimento trouxe à luz estratégias de criação de estruturas e mecanismos financeiros para promover a "economia verde", através de atividades e tecnologias ambientalmente recomendáveis. Há também imensas possibilidades para

compartilhamento tecnológico e até mesmo para desenvolvimento cooperado de tecnologia, em um mundo onde os direitos de propriedade intelectual, ainda em grande parte controlados por empresas multinacionais do hemisfério norte, surgem como um dos principais entraves para o desenvolvimento. Há também um grande potencial para promover fluxos de capital excedente – nos moldes do 'Plano Marshall' – para países deficitários (mesmo aqueles fora do BRICS), capacitando-os a suportar o impacto de uma recessão mundial - e um Banco BRICS poderia ser o primeiro passo nessa direção.

Desafios em comum

Mas não é somente o compartilhamento de experiências do passado recente e o aprendizado a partir das recíprocas abordagens que podem ser importantes. Apesar de suas muitas diferenças, os países do BRICS realmente enfrentam alguns desafios em comum, e a própria urgência destes desafios aponta para os benefícios da cooperação para desenvolver novas estratégias. Pelo menos quatro desses desafios merecem menção, assim como algumas das possibilidades de ação conjunta para enfrentá-los.

O primeiro é a ainda atual crise global e a quase certeza de que as economias do Norte (Estados Unidos e Europa, em particular) não fornecerão estímulos positivos para a economia mundial. Para o BRICS, estes países continuam a prevalecer como destinatários de exportações, e o efeito dominó do declínio dos mercados do Norte deve ser aceito. Então, claramente, há a necessidade de diversificar as exportações, um processo que já começou, mas que ainda precisa percorrer um longo caminho. Claro que o comércio bilateral em moeda própria, encorajaria mais a atividade comercial entre os países do BRICS, e isso é desejável.

O efeito dominó do declínio dos mercados do Norte deve ser aceito. Então, claramente, há a necessidade de diversificar as exportações, um processo que já começou, mas que ainda precisa percorrer um longo caminho.

Mas o estado atual da economia global sugere a necessidade de mais ambição. Em particular, o momento é

extremamente favorável a uma espécie de "Plano Marshall" para o mundo em desenvolvimento, e os países do BRICS (especialmente China e Rússia) estão numa posição única para fazer avançar este processo. Isso envolveria o desenvolvimento de mecanismos para financiar as importações nos países com baixos rendimentos e baixos níveis de desenvolvimento, oferecendo simultaneamente mercados para outros países em desenvolvimento e mais potencial de desenvolvimento para os países beneficiários.

Os outros desafios são internos, mas surpreendentemente comuns entre os BRICS. O processo de crescimento recente tem sido substancialmente associado com o aumento da desigualdade de oportunidades e renda (nos outros mais que no Brasil, que mais uma vez oferece algumas lições aos demais, mas onde o coeficiente de Gini ainda permanece entre os mais altos do mundo). Hoje é mais evidente que essa desigualdade é social e economicamente disfuncional, além de fomentar tensões políticas que podem ser ainda mais prejudiciais. Portanto, são necessárias medidas para se lidar com isso.

A geração inadequada de empregos produtivos foi uma característica de peso no processo de crescimento no passado, e está claramente relacionada à crescente desigualdade. As políticas econômicas dos países do BRICS devem se focar nisso e, em especial, na forma de promover mais oportunidades de trabalho digno.

Outro aspecto importante da desigualdade tem sido a disparidade no acesso a serviços e benefícios sociais básicos. As estratégias de privatização e de redução dos gastos públicos nessas áreas, em todos os países do BRICS, não só reduziram o acesso dos pobres a estes serviços, mas também ampliaram em muito as desigualdades. É cada vez mais necessário que estratégias inovadoras promovam um acesso mais universal aos serviços e benefícios fundamentais.

Finalmente, o crescimento recente em todos os países do BRICS foi associado a uma expansão na construção civil e no mercado imobiliário, e é importante registrar que este boom encontra-se em

declínio em todos os cinco países. Isso cria várias dificuldades, tanto na forma de desemprego como na saúde do setor financeiro, sendo particularmente preocupante por conta da escassez de habitações populares. Todos esses países precisarão de estratégias eficazes para lidar com esse desafio, sem parar de promover melhorias no acesso e na qualidade da habitação popular, portanto certamente há oportunidades para o desenvolvimento de uma política de pensamento criativo que possa ser compartilhada.

Relações Sul-Sul

O que dizer das relações dos BRICS com outros países do Sul Global? Duas questões são importantes aqui. A primeira é se os BRICS ou o G20 irão ignorar ou criar alternativas aos pontos de vista do G77 ou de outros grupos de países em desenvolvimento, cujas vozes muito raramente são ouvidas no discurso da política internacional. É algo com que se preocupar, e é importante que os BRICS abordem o assunto sem rodeios. A recente tentativa da África do Sul de incluir muitas outras nações africanas como observadoras ou participantes na última cúpula dos BRICS foi, nesse sentido, bem-vinda, mas a pergunta recorrente é se esta não terá sido simplesmente uma tentativa cosmética de aparentar uma representação mais ampla do que a que realmente havia.

A primeira é se os BRICS ou o G20 irão ignorar ou criar alternativas aos pontos de vista do G77 ou de outros grupos de países em desenvolvimento, cujas vozes muito raramente são ouvidas no discurso da política internacional.

A segunda questão é saber se as relações dos países do BRICS com outras nações do Sul Global estão seguindo padrões desejáveis ou simplesmente reproduzindo a interação Norte-Sul. Acreditava-se que a interação econômica entre países em desenvolvimento (Integração Sul-Sul) seria necessariamente mais benéfica do que a relação Norte-Sul. Afinal, esta última reproduziu fortemente a divisão global de produção, que surgiu em meados do século XX: os países em desenvolvimento se especializaram em produtos primários e de trabalho intensivo (e, portanto, de menor produtividade) de bens

manufaturados, enquanto o Norte mantinha o monopólio da produção de alto valor agregado. Em comparação, os laços comerciais e de investimento entre os países do Sul Global deveriam permitir uma maior diversificação por causa da semelhança de seus estágios de desenvolvimento, criando assim mais sinergia.

No entanto, os recentes padrões econômicos globais levaram muitos a questionar essas generalizações fáceis. O surgimento dos países do leste da Ásia (especialmente China) como gigantescos centros de fabricação tem sido impulsionado, em grande medida, pelo comércio e pelos investimentos da interação Norte-Sul. Mesmo a interação entre os países em desenvolvimento não tem sido sempre fiel ao inicialmente previsto. Acusações de "novo colonialismo" são agora mais comuns - especialmente no Norte hipócrita, mas também no Sul. Há dúvidas sobre se agrupamentos como os BRICS alimentarão esta tese, especialmente por meio do controle de seus próprios quintais e de outros, mais vulneráveis, países em desenvolvimento.

Portanto, há temores de que o crescimento das relações de comércio e de investimento dos BRICS com países em desenvolvimento mais pobres visem explorar os recursos naturais destes países, extraindo-os de formas ecologicamente prejudiciais, intrinsecamente desiguais e de pouco benefício para as populações locais. Existe a preocupação de que as exportações mais baratas desses países semi-industrializados minem a competitividade da produção local nos países mais pobres, causando assim mais ênfase na exportação de produtos primários e atrapalhando seu processo de desenvolvimento. A China é acusada de praticar dumping dos seus produtos em economias do mundo todo e ainda utilizar os excedentes cambiais resultantes para investir e ajudar regimes autoritários, que permitam o acesso aos recursos naturais de seus países. Da mesma forma, costuma-se dizer que investidores corporativos indianos estão envolvidos em grilagem de terras em larga escala em países do Norte de África e em comportamento predatório em outros lugares. Muitos acordos recentes Sul-Sul de comércio e investimento (assim como seus

processos resultantes) foram semelhantes, no mau sentido, aos acordos Norte-Sul, não apenas em termos de assegurar proteção a seus investidores corporativos como também na defesa dos direitos de propriedade intelectual!

Como sempre, a realidade é complexa. Os países exportadores primários se saem melhor quando existe aumento da competição entre imperialistas ou comerciantes, uma vez que esta disputa favorece melhores termos para suas exportações. Nem mesmo o relacionamento da China com os países mais pobres chega a ser baseado no controle do poder político ao estilo colonial: é algo mais distante. Novos centros de produção com aumento da demanda de importação têm permitido aos países menos desenvolvidos o acesso indireto aos mercados do Primeiro Mundo, enquanto que o rápido crescimento do BRICS resultou também em um rápido crescimento de seus mercados internos, no que esses países têm muito a ganhar. Isso proporciona uma importante fonte de estímulo da demanda, mesmo que os países desenvolvidos estejam cada vez mais mergulhados em crises financeiras e estagnação econômica.

As exportações mais baratas desses países semi-industrializados minam a competitividade da produção local nos países mais pobres, causando assim mais ênfase na exportação de produtos primários e atrapalhando seu processo de desenvolvimento.

O ponto fundamental é que não é a interação econômica em si, e sim a sua natureza, que tem de ser considerada. Grande parte da recente interação Sul-Sul (incluindo as relações entre os BRICS) tem se dado de forma corporativa, o que determinou não apenas o foco, mas também o incentivo a determinados padrões de comércio e investimento. Na medida em que as empresas, sejam de onde forem, têm interesses semelhantes (a obtenção de lucros), não é de se estranhar que os tradicionais padrões Norte-Sul estejam sendo reproduzidos.

Mas, certamente, o foco deve ser o de democratizar a própria interação, criando formas pelas quais os padrões de comércio e os fluxos de

investimento possam ser alterados de modo a favorecer a criação de empregos dignos. Para tanto, uma mudança de direção é necessária tanto dentro como fora dos BRICS. O potencial para a mudança positiva existe, mas o processo deve ser mais orientado para as pessoas, e não

determinado pela busca de lucros. Em última análise, a diversificação econômica sustentável nas atividades de maior valor agregado e ecologicamente viáveis continua a ser a chave para o crescimento e o progresso, não apenas dos países do BRICS, mas também de outros países

em desenvolvimento. Este período de fluxo global realmente fornece uma valiosa oportunidade de incentivar e desenvolver novas formas de fazer tais estratégias avançarem através da cooperação.

Destaques

Uma visão de longo prazo para os BRICS, apresentado no Fórum Acadêmico de 2013 pela Observer Research Foundation, Índia

Em 2009, foi criado um Fórum Acadêmico dos BRICS, que reúne especialistas dos cinco países membros para orientar os líderes dos BRICS. Em 2013, o Fórum criou o Conselho de Think Tanks dos BRICS (BTTC, na sigla em inglês), para coordenar a pesquisa acadêmica sobre o tema em cada um dos países membros, composto pelos seguintes centros de pesquisa:

Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Rússia: Comitê Nacional para Pesquisa dos BRICS (NRC/BRICS)

Índia: Observer Research Foundation (ORF)

China: Centro de Estudos do Mundo Contemporâneo (CCCWS, na sigla em inglês)

ÁFRICA DO SUL: Human Sciences Research Council (HSRC)

A cada ano, o centro de pesquisa do país-sede da cúpula organiza o Fórum Acadêmico dos Brics, um evento de cooperação entre os BRICS que acontece antes da Cúpula dos chefes de estado. O Fórum Acadêmico congrega pesquisadores e técnicos governamentais pertencentes a uma ampla gama de instituições dos países dos BRICS.

Em 2012, como a Cúpula aconteceria na Índia, a ORF, representante oficial da Índia, escreveu o texto "Uma Visão de Longo Prazo para os BRICS", que esboça uma estratégia de cooperação de longo prazo entre os BRICS e sintetiza os debates e as conclusões resultantes da Cúpula naquele ano. Esse documento foi apresentado ao BTTC para ser discutido e finalizado, durante e após a Cúpula e o Fórum da África do Sul, em 2013.

O relatório está dividido em cinco capítulos. O quarto capítulo, que trata da criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, é de extrema relevância, já que a Índia designou a ORF para estruturar um desenho para o Banco dos BRICS, para o ano de 2014. Nesse documento, os autores apresentam um sistema de formato "um país, um voto", com um processo de decisão baseado no consenso. Também propõem a captação de recursos de outros países em desenvolvimento, como acionistas minoritários, e a existência de ativos

convertíveis, como ouro e prata, como garantia em caso de problemas cambiais. Por último, consideram a possibilidade de emissão de dívida para criação de infraestrutura sustentável – usando o modelo dos Títulos Verdes do Banco Mundial.

O primeiro capítulo analisa desafios comuns ao grupo e conclui que uma aliança mais formal e institucionalizada não se concretizará no curto prazo. Os seguintes tópicos fazem parte da análise: mobilidade social, pobreza e desigualdade, qualificação, sistema de saúde e urbanização.

No segundo capítulo, cujo título é "Economias que crescem, prosperidade compartilhada", o relatório propõe a diversificação das reservas monetárias; a criação de um Conselho de Negócios dos BRICS; o aprofundamento dos mercados de capitais (através da participação de seguradoras, por exemplo) para expandir o investimento em setores como infraestrutura, desenvolvimento social, mineração e geração de energia (inclusive energia nuclear). O terceiro capítulo recomenda uma reestruturação profunda das instituições de governança econômica e política globais. A principal prioridade seria atualizar a fórmula de definição do peso do voto baseada em cotas do FMI. Outra prioridade é o fomento de uma cooperação mais próxima entre as autoridades de regulação e supervisão financeira dos BRICS, isto é, organizar uma Comissão de Regulação Financeira para agir como a autoridade supervisora formal. Uma terceira prioridade é o fortalecimento dos mercados de títulos domésticos, a educação e a inclusão financeiras.

O quinto capítulo abre "Outras Opções Possíveis de Cooperação". Concentra-se especialmente no compartilhamento de tecnologia e de inovações, prioritariamente em engenharia aeronáutica e pesquisa espacial, veículos de alta velocidade e na exploração de recursos minerais. Dentre os mecanismos de troca cultural, o relatório sugere que os líderes dos BRICS deveriam empenhar-se intensamente em facilitar os procedimentos de validação de diplomas entre países membros, expandir o turismo, simplificar os processos de vistos e estimular a cooperação interparlamentar.

CLUBE DA GOVERNANÇA

Perspectivas para o envolvimento da sociedade civil

Uma Perspectiva da Rússia

por Vitaliy Kartamyshev, Copresidente do GCAP Rússia
Presidente da Fundação "Coalizão Contra a Pobreza"



Políticas de poder alternativas ou parceria necessária?

CC: BY-SA Roman Leskov

Nestes tempos difíceis para a economia, devemos medir a eficácia da estrutura de qualquer "clube de governança" supranacional através de sua capacidade de oferecer recomendações concretas e práticas de política econômica, além de garantir a implementação bem-sucedida delas. Décadas de uma expansão econômica global, conhecida como a "[Grande Moderação](#)", contribuíram para a melhoria significativa nos padrões de vida de milhões de pessoas. No entanto, também demonstraram que o crescimento econômico por si só, sem uma política focada na redução da miséria, não conseguiu produzir o efeito "trickle-down" para muitos outros milhões de indivíduos presos à pobreza.

Mesmo durante expansões econômicas, a diferença entre ricos e pobres continuou a crescer de tal modo que, atualmente, apenas 0,5% da população controlam quase 35% da riqueza global.

O relatório de crescimento dos "encontros de clubes" supranacionais, tais como G20 ou BRICS, deve conter a questão do financiamento

para o desenvolvimento - incluindo a melhoria da educação, saúde, criação de empregos, o apoio às pequenas e médias empresas (PME) e à produção agrícola. Isso deveria ser óbvio para os líderes e os decisores políticos. Este artigo analisa o papel dos BRICS, especialmente a partir da perspectiva da Rússia, na promoção de políticas orientadas para resultados que tragam efeitos positivos para o desenvolvimento, bem como as oportunidades e os desafios para a participação da sociedade civil em fóruns como os BRICS.

Análise do BRIC: Fórum Global para políticas de energia alternativas ou parceria de necessidade?

O BRIC (Brasil-Rússia-Índia-China) foi uma formação política e econômica, cuja primeira reunião oficial aconteceu em 2009, após a eclosão da crise financeira global. Pouco tempo depois, a África do Sul juntou-se ao grupo. O desejo dos cinco países emergentes era chegar a posições comuns sobre as decisões políticas que lhes diziam respeito, especificamente na gestão dos sistemas financeiros. A influência

política e econômica do BRICS como um "clube de elite" era evidente, já que sua produção econômica combinada, ao longo dos últimos 15 anos, contribuiu de modo significativo para o crescimento global.

É possível que esse crescimento sem precedentes, concomitante com o relativo declínio do G7, tenha marcado a maior mudança econômica da História. Embora a China tenha sido o motor para grande parte desse crescimento, os BRICS, como um todo, têm prosperado até recentemente.

Junto à crescente trajetória econômica do BRICS, o mundo testemunhou a nova assertividade política por parte das cinco nações, que insistiram na reforma de cotas de governança no FMI e Banco Mundial, e também apresentaram suas posições e reivindicações combinadas em fóruns internacionais, como o G20, a ONU e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). A influência dos BRICS é baseada no fato de que todos os 5 países são potências regionais importantes, com acesso a inúmeros

e diferentes grupos regionais (CEI, APEC, União Africana, CSTO, UNASUR, SADC, Associação Asiática para a Cooperação Regional, Mercosul e outros¹. Obviamente, os BRICS em conjunto podem exercer uma forte influência junto a estes organismos regionais, desde que suas posições e prioridades estejam em sintonia, o que lhes dá uma grande vantagem em relação aos outros "clubes".

Em 2012, os BRICS responderam por cerca de 20% dos US\$ 71,6 trilhões da produção mundial. Mas a desaceleração dos gigantes econômicos foi expressiva. (Veja gráfico abaixo).

Apesar de as taxas de crescimento de 2013 ainda se mostrarem impressionantes quando comparadas ao lento (ou negativo) desempenho do crescimento na Europa e outros países da OCDE, a contribuição dos BRICS para a produção mundial, os impulsores internos de crescimento e os fatores externos, como os altos preços de commodities, vêm diminuindo. As economias dos BRICS estão se desacelerando.

	2007	2013*
Brasil	6.1%	2.5%
Rússia	8.5%	1.5%
Índia	10.1%	3.8%
China	14.2%	7.6%
África do Sul	5.2%	2.0%

* Fontes: FMI, "Panorama Econômico Mundial - 2013", outubro de 2013 e *The Economist*, "Quando os gigantes desaceleram", 27 julho de 2013.

Perspectivas para uma influência global positiva ou mero negócio?

Um fator-chave que distingue os BRICS de outros grupos supranacionais é que, apesar de algumas semelhanças econômicas e estratégias de catch-up, os países-membros são fundamentalmente muito diferentes entre si. Por sua vez, os países da OCDE, UE e G8 compartilham um conjunto de valores, princípios e abordagens que,

ao menos em teoria, guiam os seus programas de desenvolvimento. Eles adotaram mecanismos de responsabilidade em diferentes fóruns internacionais (por exemplo, a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda e a subsequente Agenda de Ação de Acra, bem como a Parceria Global Busan de Cooperação para o Desenvolvimento Efetivo). Estes acordos levaram muito tempo para evoluir e ser adotados, e agora são a base para a implementação de políticas em diversas áreas. Não é nenhum segredo que os BRICS e outras formações regionais surgiram como alternativas econômicas globais às instituições e princípios determinados pelo Ocidente e que, na esteira de várias crises, vêm sofrendo fortes críticas. Estas alternativas são uma fonte de otimismo para os apoiadores dos BRICS.

A política de desenvolvimento dos BRICS desafia os princípios tradicionais (por exemplo, os do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE) e tem menos escrúpulos com relação às normas (por exemplo, direitos humanos, democracia, igualdade de gênero e minorias étnicas) nos países que recebem sua ajuda ou recursos de investimento.

No entanto, para serem bem sucedidos, os BRICS precisarão de algum grau de convergência de abordagens, princípios e valores. Em particular, a política de desenvolvimento dos BRICS desafia os princípios tradicionais (por exemplo, os do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE) e tem menos escrúpulos com relação às normas (por exemplo, direitos humanos, democracia, igualdade de gênero e minorias étnicas) nos países que recebem sua ajuda ou recursos de investimento. Talvez em maior escala do que nos países ocidentais, a fonte de políticas de desenvolvimento e prioridades dos BRICS resida mais em suas experiências internas, estruturas empresariais e nas perspectivas para o acesso a mercados e recursos naturais. Sua abordagem é

evidentemente aceitável para países em desenvolvimento e de baixa renda. Entretanto, se os BRICS querem evoluir para fomentadores responsáveis, é fundamental que eles cheguem a um consenso sobre princípios orientadores e um mecanismo comum de responsabilidade, para chegar a resultados claros e quantificáveis. Os princípios que guiam o BRICS devem garantir que eles não defenderão regimes políticos que mantenham as comunidades na pobreza, espoliem recursos naturais nem minem as perspectivas de desenvolvimento dos países beneficiários.

Serão os BRICS capazes de efetuar uma mudança fundamental nas relações de poder? A resposta a esta questão depende de saber se eles conseguirão resistir à tentação de explorar suas vantagens temporárias e acabar cooptados pelos países do G7. Também depende de os cinco países emergentes conseguirem construir um bloco maior e mais influente.

Está claro que os BRICS, como um grupo, estão surgindo para desafiar a influência e as instituições do G7. Até recentemente, os países em desenvolvimento tinham uma capacidade limitada de influência nos assuntos globais e na gestão do sistema financeiro internacional. Na era pós-Segunda Guerra Mundial, as instituições de Bretton Woods (ou seja, o FMI e o Banco Mundial) foram estabelecidas para garantir a supremacia dos EUA, Europa e Japão. No mundo multipolar de hoje, a tomada de decisões globais não pode mais ficar restrita às potências tradicionais. Serão os BRICS capazes de efetuar uma mudança fundamental nas relações de poder? A resposta a esta questão depende de saber se eles conseguirão resistir à tentação de explorar suas vantagens temporárias e acabar cooptados pelos países do G7. Também depende de os cinco países emergentes conseguirem construir um bloco maior e mais influente, incluindo outros membros do G20, como Argentina, Turquia, México e Arábia Saudita.

Os BRICS podem ser importantes também por outras razões. O surgimento de uma liderança alternativa pode promover melhores oportunidades regionais e globais para a colaboração, o comércio, o desenvolvimento e a segurança nas relações Sul-Sul.

Os céticos argumentam que, na ausência de um conjunto claro de princípios que norteiem a política de ajuda e de investimento, os BRICS podem representar um obstáculo para o progresso e os direitos humanos nos países em desenvolvimento. O entusiasmo atual dos líderes políticos de países em desenvolvimento em relação aos novos investidores pode ser resultado de sua aversão às regras e regulamentos dos tradicionais investidores ocidentais, rigorosos em matéria de democracia e direitos humanos. No entanto, estas regras não deveriam ser descartadas. A sociedade civil deveria ajudar a moldar os novos termos de compromisso, recursos e oportunidades, que de outro modo podem acabar arrebatados pelas elites empresariais e políticas nos países em desenvolvimento. Existe o risco de os BRICS perderem sua credibilidade e o entusiasmo de outras nações pela ideia do poder compartilhado, se eles não se comportarem como fomentadores responsáveis. Há crescentes evidências, relatadas pelo movimento BRICS from below – algo como "BRICS de baixo" -, de que práticas comerciais e tomadas de recursos feitas por empresas e por investidores de países BRICS prejudicam o meio ambiente e as perspectivas econômicas das comunidades em países pobres e em desenvolvimento. O papel da sociedade civil global pode ser crucial para monitorar e exigir que as políticas de desenvolvimento, ajuda e comércio sejam transparentes e inclusivas.

Oportunidades para Envolvimento da Sociedade Civil

Falando na Cúpula Civil do G20 em junho de 2013, em Moscou, Alexei Kudrin, ex-ministro das Finanças da

Rússia, destacou a falta de um canal de comunicação entre a população russa e seu governo, e o fato de que a sociedade civil pode desempenhar um papel crucial nesse assunto. O grande problema com o modelo de "clube de governança" é que as decisões tomadas pelos líderes do BRICS, G20, G8 e outros fóruns são mal compreendidas pelas populações destes países, e o mais importante: os cidadãos não têm um papel participativo na tomada dessas decisões.

Como um participante global, membro do G20 e BRICS, e ocupando a presidência do G8, a Rússia exerce um papel internacional cada vez mais ativo, inclusive na área de ajuda ao desenvolvimento. No entanto, os cidadãos russos têm um baixo nível de compreensão e de apoio a esta política.

Pode-se dizer que o nível de consciência de jornalistas e ativistas da sociedade civil é também muito baixo. O número de ativistas da sociedade civil russa capazes de participar de forma significativa no diálogo político (sem falar na capacidade de explicar as questões para o público em geral) é avaliado em poucas centenas, em um país com uma população de mais de 140 milhões.

Estabelecendo conexões entre os processos nacionais e os globais.

Qualquer governo que aspire a um papel global precisa ter um forte eleitorado nacional que possa apoiar suas aspirações internacionais, em geral, e sua ajuda ao desenvolvimento e políticas de investimento em especial. Por razões históricas, a Rússia herdou a formulação introspectiva de políticas que se estendeu aos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI), ou do chamado "campo socialista". Atualmente, o governo russo enfrenta um dilema. Como um participante global, membro do G20 e BRICS, e presidente do G8, exerce um papel internacional cada vez mais ativo, inclusive na área de ajuda ao

desenvolvimento. No entanto, os cidadãos russos têm um baixo nível de compreensão e apoio a esta política. Eles precisam lidar com a desconexão entre o global e o nacional.

No entanto, muitos grupos estão estabelecendo uma rede internacional de defesa dos BRICS e buscando parceiros russos. O surgimento dessa rede é uma medida de como a sociedade civil está fortalecendo sua voz a nível global, e também ajudando a tornar o "clube de governança" mais transparente e eficaz.

Uma rede assim também pode compartilhar o conhecimento e as melhores práticas internacionais de defesa para ajudar a garantir que os representantes da sociedade civil dos BRICS e dos países do G20 estão agregando valor ao novo discurso político e à formação da agenda de desenvolvimento pós-2015. Finalmente, uma rede é um recurso essencial para facilitar a interface pública com os governos, como sugerido por Alexei Kudrin. Obviamente, a mudança de poder no nível "clube de governança" não está acontecendo em um vácuo, e mudanças semelhantes são evidentes dentro de grupos da sociedade civil global. Tradicionais "ONGs do Norte" estão alinhando suas abordagens, políticas e modos de operação para refletir a realidade em transformação. Como observado no box abaixo, esta tendência ficou bastante óbvia em uma recente conferência de grande porte que teve lugar no "Sul Global", em Joanesburgo.

¹ CIS é a Comunidade de Estados Independentes (países da antiga União Soviética, exceto os países bálticos); APEC é o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico; OTSC é a Organização do Tratado de Segurança Coletiva; UNASUL é a União de Nações Sul-Americanas; SADC é a Comunidade de Desenvolvimento do Sul Africano; e Mercosul é o acordo político e econômico entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia.

Altas Ambições, Altos Riscos: o Programa para Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA)

Por Mzukisi Qobo, professor de Economia Política Internacional e Diretor Adjunto do Centro de Estudos de Inovações em Governança (Center for the Study of Governance Innovation) da Universidade de Pretoria



Source www.globalvillagedirectory.info

O que é o PIDA?

O Programa Para Desenvolvimento de Infraestrutura (PIDA) foi adotado pelos chefes de Estado africanos em 2012 como uma iniciativa estratégica que estará em vigor até 2040, para o desenvolvimento de infraestrutura continental (Energia, Transporte, Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e Recursos Hídricos Transfronteiriços). A iniciativa foi lançada pela Comissão da União Africana (AUC, na sigla em inglês), a Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África (NEPAD, na sigla em inglês) e o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB, na sigla em inglês). O propósito principal do PIDA é o fortalecimento do consenso e do domínio do desenvolvimento da infraestrutura a nível continental, regional e nacional, de modo a garantir sua implementação com sucesso.

A necessidade imperiosa de maior investimento em infraestrutura no continente africano é evidente, especialmente se for tomada pelo valor de face a proposição segundo a qual a infraestrutura pode ser um catalisador para o crescimento e um insumo para o capital humano.

Os projetos do PIDA estão estimados em 360 bilhões de dólares, até 2040. Para seus 51 projetos prioritários, o custo estimado é de 68 bilhões de dólares de 2012 até 2020, ou de 7,5 bilhões de dólares gastos por ano. Este artigo descreve o PIDA e suas conexões com atores externos, incluindo instituições financeiras novas e já existentes.

Contexto

O continente africano parte de um patamar muito baixo na sua trajetória de crescimento. Ainda é cedo para fazer projeções sobre o futuro, mas já há sinais de recuperação. Este artigo tem como foco os desafios de infraestrutura como um aspecto do desenvolvimento e, mais precisamente, os esforços realizados pelo PIDA, pelos formuladores de políticas e pelos atores externos para superar esses desafios. A necessidade imperiosa de maior investimento em infraestrutura no continente africano é evidente, especialmente se for tomada pelo valor de face a proposição segundo a qual a infraestrutura pode ser um catalisador para o crescimento e um insumo para o capital humano. Além disso, uma infraestrutura deficiente cria desvantagens competitivas com

efeitos adversos sobre o crescimento, já que eleva os custos de transação do comércio exterior, entre outras coisas. É uma restrição significativa para países sem acesso ao mar, e há 15 destes no continente africano. Segundo o African Development Bank: "A infraestrutura deficiente é responsável por 40% dos custos de transporte para os países com litoral, e 60% para os países sem acesso ao mar".

Um desafio de porte é que, para conseguir que o setor privado sintasse estimulado a investir em infraestrutura, ao menos duas condições têm que existir. A primeira é a existência de projetos financeiramente atraentes; e a segunda é a segurança do investimento, algo que é dado pelo arcabouço legal do país, particularmente pela efetividade do direito empresarial.

Além disso, os projetos de infraestrutura no continente Africano requerem preparação do projeto suficiente para torná-los rentáveis, neste ponto é que se torna mais fácil mobilizar financiamento. O custo de preparação do projeto é estimado entre 3-3,5 por cento dos custos

totais do projeto. Os doadores usam seus próprios critérios e preferências antes de se comprometerem com o apoio de preparação do projeto; estes podem divergir dos do país destinatário.

É importante ressaltar que durante todo o ciclo do projeto (incluindo a seleção e preparação), a associação entre a infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável não deve ser tomada como garantida.

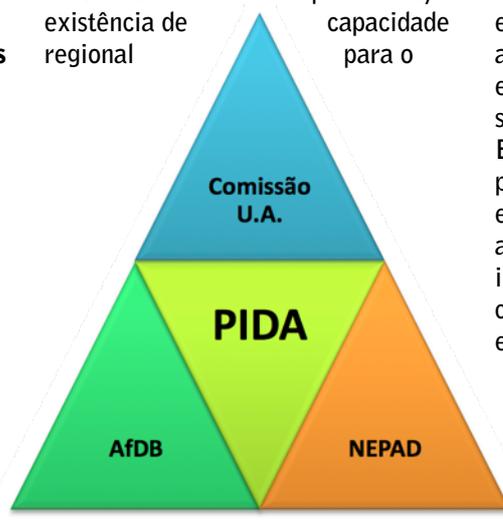
Existem projetos de grande porte que estão no canal do PIDA, o que poderia ter consequências negativas para o meio ambiente se não forem sustentadas por quadros políticos claros para atingir os objetivos de sustentabilidade.

Aspectos do PIDA

O PIDA é um arcabouço útil ao desenvolvimento dos setores críticos da infra-estrutura, mas torná-lo funcional requererá um volume de capital significativo, uma maior comunicação entre os vários atores (inclusive os membros das comunidades afetadas)¹, e um setor privado convencido da viabilidade comercial da

infra-estrutura na África. A viabilidade comercial depende da efetividade das parcerias público-privadas (PPPs). Entre outras coisas, um arcabouço regulatório claro e transparente, boas políticas de governança e uma estabilidade duradoura dão a base para um ambiente de negócios dinâmico.

Os princípios essenciais que guiam o PIDA incluem: uma visão integrada dos setores de infra-estrutura; arcabouços regulatório e institucional estruturados; uma organização estratégica dos programas por ordem de prioridade; a existência de capacidade regional para o



CC BY-SA Heinrich Boell Foundation

desenvolvimento e a implementação do programa; uma arquitetura financeira inovadora e orientada para o setor privado e, finalmente, parcerias e uma coordenação mais sólidas. A harmonização de políticas nacionais é também importante, para que haja um padrão consistente para o continente africano como um todo na implementação e avaliação dos projetos de infra-estrutura. No entanto, isso não acontecerá sem dificuldades, dado o baixo nível de institucionalização nas comunidades econômicas regionais da África. Mesmo assim, permanece importante que os governos africanos invistam em uma maior atenção às normas ambientais e sociais nos seus projetos, em vez de esperar que essas normas sejam impostas pelos financiadores. Existe um compromisso expresso, por parte dos gestores africanos, de enfrentar os impactos sociais e ambientais dos projetos do PIDA, incluindo alegações que muitas vezes carecem de fundamento, como por exemplo a de que os projetos do PIDA levariam à redução da emissão de gases do efeito estufa.

A realidade é que, como os projetos são implementados a nível nacional, é muito difícil exigir condicionantes sociais e

As Ambições Energéticas do PIDA e o Caso de Ruzizi III

Dois terços da população de 800 milhões da África carecem de acesso à energia elétrica. No que diz respeito à geração de energia, o PIDA conta com 15 projetos, cujo valor total é de 40 bilhões de dólares, para a construção de 12 hidrelétricas, 4 projetos de transmissão para conectar centros de geração de energia e dois oleodutos regionais. Esses projetos multiplicariam por cinco a capacidade energética do continente.

Um exemplo de projeto promissor é o projeto da central hidrelétrica Ruzizi III, localizada no rio Ruzizi, que corre entre o Lago Kivu, situado na fronteira entre a República Democrática do Congo e Ruanda, e o Lago Tanganica, na Tanzânia. O custo da planta de 145 MW está estimado entre 400 e 600 milhões de dólares. Como é sabido, por mais de duas décadas, essa parte da África Subsaariana esteve envolvida em inúmeras tensões transfronteiriças, que assumiram dimensões étnicas. É também uma região em que os níveis de pobreza são altos, com países caracterizados como "menos desenvolvidos". A utilização de energias renováveis

de baixo custo, tais como a energia hidrelétrica e a geotérmica, pode vir a ser um ponto chave na expansão do acesso da população à eletricidade, mas também amplia as perspectivas de crescimento econômico. Espera-se também que essa forma de cooperação econômica em torno de um recurso vital para os três países funcione como um eixo de apoio à manutenção da estabilidade.

Essa usina hidrelétrica gera eletricidade em quantidades iguais para Ruanda, Burundi e a República Democrática do Congo (DRC, na sigla em inglês). Como muitos projetos de larga escala, este não é isento de riscos. Um dos riscos é a instabilidade política, especialmente porque o projeto acontece numa área sensível, que tem uma história de conflitos com movimentos rebeldes ainda existentes. Em segundo lugar, há uma preocupação com a possível inflação de custos do projeto, que pode elevar as tarifas. Caso esses riscos se materializem, e os governos paguem essa conta, os riscos do negócio terão sido, efetivamente, socializados.

ambientais, especialmente em contextos em que não há mecanismos de governança (instituições ou regulações) que garantam esses benefícios adicionais.

Atores Externos e o PIDA

Para ajudar a financiar o PIDA, a nova [Iniciativa África 50](#)², uma instituição financeira voltada para o desenvolvimento de negócios, pretende mobilizar um capital próprio da ordem de 10 bilhões de dólares, e a partir daí atrair 100 bilhões de dólares em recursos locais e globais, para financiar e desenvolver o PIDA e projetos conexos, nos próximos três anos. A União Europeia, o G-8, os bancos de desenvolvimento multilaterais e o G-20 referem-se com frequência ao PIDA, e alguns oferecem apoio financeiro direto. Alguns aspectos desse apoio incluem:

União Europeia (UE) - Há uma mudança de ênfase por parte da UE nas características do apoio ao desenvolvimento à África, que se volta mais para a infraestrutura, com o setor social ainda permanecendo como uma dimensão importante.

G-8 – Compromissos através do Consórcio de Infraestrutura para a África (ICA, na sigla em inglês) foram feitos pelos países do G-8, e também por grupos institucionais como o Grupo do Banco Mundial (GBM), a Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento. Os membros do ICA decidiram focar na implementação no Plano de Ação Prioritária (PAP) de médio prazo.

G-20 - o G-20 também tomou posição pela relevância no tema da infraestrutura, que ganhou espaço nos países de baixa renda da Ásia e da África. Um Painel de Alto Nível sobre Infraestrutura foi realizado pelos países do G-20 na Cúpula de 2010 em Seul, onde os chefes de Estado adotaram uma agenda de desenvolvimento com o tema "crescimento compartilhado e inclusivo", sendo a infraestrutura um dos pilares definidos. Na Cúpula de 2011 do G-20 na França, o [Relatório do Painel de Alto Nível](#)³ e o [Plano de Ação para os Bancos Multilaterais de](#)

[Investimento](#)⁴ foram apresentados aos chefes de Estado. Hoje, sob a presidência australiana do G-20, o desafio está sendo enfrentado por dois grupos: o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento em Infraestrutura e o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento (DWG, na sigla em inglês).

Desde que o Painel de Alto Nível do G-20 fez suas recomendações, o G-20 trabalhou para ampliar bastante a oferta de projetos passíveis de financiamento, assim como para mobilizar financiamento institucional de longo prazo para desenvolver a infraestrutura dentro dos países-membros e nos países de baixa renda. Os bancos de desenvolvimento multilaterais assumiram para si uma recomendação importante, que foi a de revisar os mecanismos de preparação de projetos (PPFs) existentes. A [Agenda Global de Desenvolvimento](#)⁵ da Austrália afirma que, em 2014, o G-20 irá expandir as avaliações de PPFs. A avaliação dos PPFs da África, intitulada "[Túneis de Fundos](#)"⁶, foi concluída em 2012.

Os bancos de desenvolvimento multilaterais e o Painel também recomendaram melhorar a qualidade dos dados relativos aos projetos de desenvolvimento de infraestrutura, bem como aproximar os patrocinadores e financiadores, à maneira da [Plataforma Sokoni](#)⁷.

Estas medidas facilitam a melhora do fluxo de informações, mas podem ser difíceis de serem levadas a cabo, caso as ações dos governos singulares não sejam confiáveis.

O Banco dos BRICS e o Desenvolvimento de Infraestrutura

Na Cúpula dos BRICS que aconteceu na África do Sul, nos dias 26 e 27 de março de 2013, os chefes de Estado promoveram a criação de um banco de desenvolvimento dos BRICS, para promover o desenvolvimento de infraestrutura e o desenvolvimento sustentável, assim como a criação de um [Arranjo Contingente de Reservas](#) (CRA, na sigla em inglês). Este banco de desenvolvimento dos BRICS pode

vir a ter um papel central no financiamento de projetos de infraestrutura em outros países em desenvolvimento, particularmente no continente africano. A África poderia, certamente, fazer pressão para que seus parceiros de Cúpula apoiem o PIDA.

A arquitetura do banco ainda não está clara. Espera-se que o Banco dos BRICS e o CRA comecem a funcionar de fato após a 6ª Cúpula dos BRICS, no Brasil, em julho de 2014.

De acordo com autoridades russas, uma primeira versão da carta de diretrizes do Banco está sendo produzida no Brasil, enquanto a Rússia está fazendo o rascunho de um acordo intergovernamental sobre a criação do banco⁸.

O banco não se propõe a substituir o trabalho já realizado pelo Banco Mundial e por outros bancos de desenvolvimento regionais. De fato, em 2014, o Banco Mundial lançará um [Fundo Global para Infraestrutura](#)⁹ e os bancos regionais vão reorientar suas carteiras para financiar infraestrutura. O que o futuro banco de desenvolvimento dos BRICS se propõe a fazer é, na verdade, complementar a ação dos bancos multilaterais de investimento, particularmente no suprimento a deficiências básicas no desenvolvimento de infraestrutura.

Não será bom para o desenvolvimento da África que aconteçam vários esforços simultâneos descoordenados, ou até competindo entre si, na construção de infraestrutura. O que pode aumentar esse desafio é o fato de que países dos BRICS como a China e a Índia já mantêm relações com países africanos de maneira bilateral, usando um modelo que não pode ser replicado com facilidade.

Conclusão

Não há dúvida de que o continente africano exige um esforço significativo na direção do desenvolvimento de infraestrutura. Existe um reconhecimento de que a infraestrutura pode de fato criar condições que permitam aos governos

o enfrentamento de desafios econômicos e sociais.

No entanto, se não existirem diretrizes de políticas ou mecanismos de governança definidos (em nível regional e doméstico) para assegurar que os projetos de infraestrutura sejam implementados levando em conta a inclusão social e as questões ambientais, e que os benefícios resultantes desses projetos sejam utilizados para melhorar a qualidade de vida da população, estes esforços podem muito bem transformar-se em um veneno para o continente.

¹ Veja quadro 1: os atores do PIDA, no site oficial do PIDA em: http://www.pidafrica.org/about_us.html

² Banco de Desenvolvimento Africano [African Development Bank], “África daqui a 50 anos”, p.87.

³ O relatório está disponível em http://www.boell.org/downloads/HPL_Report_on_Infrastructure_10-26-2011.pdf

⁴ O Plano de Ação está disponível em http://www.boell.org/downloads/MDBs_Infrastructure_Action_Plan.pdf

⁵ O Plano está disponível em <http://www.boell.org/downloads/>

[DWG Mandate 4-14 1.pdf](#)

⁶ Disponível em <http://www.g20dwg.org/documents/pdf/view/22/>

⁷ A tecnologia da plataforma Sokoni e a recomendação do painel estão descritas aqui <http://www.afdb.org/en/news-and-events/article/g20-panel-recommends-sokoni-technology-platform-for-infrastructure-development-in-africa-8535/>

⁸ “O banco de desenvolvimento dos BRICS, um pool de reservas monetárias em funcionamento em 2015”, do responsável do Ministério das Relações Exteriores russo ao G8, Vladimir Lukov, em <http://en.itar-tass.com/economy/727212>

⁹ Mais informações aqui https://www.g20.org/official_resources/

Falta de Vontade Política? A Liderança do Brasil na Cúpula dos BRICS de 2014

Por Oliver Stuenkel, professor adjunto de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo

Em julho, o Brasil organizará a 6ª Cúpula dos BRICS em Fortaleza. Já que cabe ao país-sede definir a agenda, o Brasil terá uma chance única de deixar sua própria marca na Cúpula, e assim comprometer os líderes de China, Índia, Rússia e África do Sul com um ou vários tópicos de sua escolha. Este fato constitui uma tremenda oportunidade para o Brasil. Mesmo assim, é provável que o público permaneça cético quanto à utilidade do conceito BRICS, ainda mais depois da acentuada redução do crescimento nos países do Sul. Além disso, a presidenta Dilma Rousseff nunca abraçou de fato a ideia dos BRICS, e sua equipe de política internacional enfrenta hoje um desafio importante: o de manter o fôlego e mostrar que o Brasil se beneficia por ser integrante do grupo. Em meio ao desânimo existente, acontecerá a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, que constitui o passo mais importante da jovem história do grupo em direção à sua institucionalização.

Esse passo adiante é altamente significativo: é o primeiro passo para a institucionalização da colaboração dos BRICS, e altera de modo fundamental seu caráter de grupo de consultas informal e sem compromissos. Mesmo que a maior parte dos detalhes sobre o Banco ainda precise ser acordada, está claro que operar uma instituição desse porte exigirá que os BRICS definam um conjunto de normas e princípios orientadores. Isso constituirá uma oportunidade

única de implementar novos paradigmas de desenvolvimento, e, talvez, de iniciar uma verdadeira conversa entre líderes estabelecidos e poderes emergentes sobre o futuro do desenvolvimento. O Banco dos BRICS também pode ser um importante catalisador de mudanças no interior de instituições já existentes, como o Banco Mundial. É notável que o Banco Mundial pretenda criar um Fundo Global de Infraestrutura (GIF, na sigla em inglês) este ano, talvez com o propósito de fazer concorrência aos BRICS.

No entanto, a evolução na operacionalização do Banco dos BRICS, desde a 5ª Cúpula dos BRICS (em Durban, na África do Sul, em março de 2013), tem sido dolorosamente lenta. Quando questionados sobre o novo banco, diplomatas em Brasília, Pretoria ou Délhi enfatizam a dificuldade de montar um banco multilateral de desenvolvimento. A coordenação de tal processo entre cinco países é de fato um desafio – mas isso não pode mascarar o fato de que pode estar faltando uma real vontade política dos líderes, nas atuais circunstâncias. Hoje, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil está tendo que enfrentar cortes de orçamento, após anos de expansão. E, fundamentalmente, Dilma Rousseff parece mais interessada em consolidar a política externa brasileira do que em envolver-se em iniciativas novas e custosas como o Banco dos BRICS.

Expediente

Uma publicação de

Heinrich Böll Foundation
Schumannstrasse 8, 10117 Berlin
T 0049 30 285 34 - 0
E info@boell.de

Equipe editorial

Nancy Alexander, Heinrich Böll Foundation Washington
&
Heike Löschmann, Heinrich Böll Foundation Berlin

Layout

Roman Leskov, Russia

Aviso legal

As opiniões contidas nesta newsletter são de responsabilidade de seus autores e a Fundação Heinrich Böll não necessariamente concorda com elas.

Imagens

Autorização de uso www.istockphoto.com ou CC-Licenses em www.flickr.com e www.wikipedia.org

Nota Importante

O URL do site do nosso escritório em Washington foi alterado de www.boell.org para www.us.boell.org
O arquivo Governança Econômica e G20 se encontram aqui:
<http://us.boell.org/categories/group-20>

Se você quiser assinar ou cancelar
a assinatura de nossa newsletter,
escreva para:

g20-newsletter@boell.de

Ou faça isso você mesmo, em:

<http://www.boell.de/de/news>